

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SANTA CATARINA

Departamento de Compras e Licitações

#### Referência

Edital de Licitação nº 23/2019 FMS

Concorrência nº 23/2019 FMS

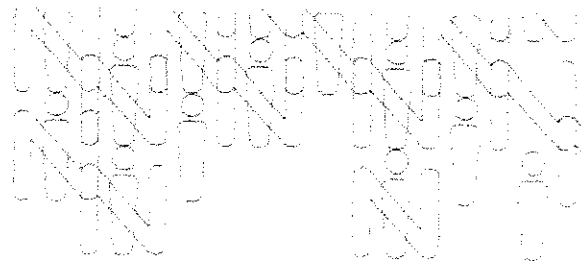
Objeto: Concorrência pública visando a contratação de entidade hospitalar para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de assistência à saúde, atendimento de urgência e emergência, internações hospitalares, atendimento ambulatorial, elaboração e execução do projeto do novo centro cirúrgico devidamente aprovado pela anvisa, e gestão administrativa do hospital nossa senhora dos navegantes, situado no município de Navegantes, através do fundo municipal de saúde de Navegantes.

#### IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

O Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde – INSAÚDE, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Avenida Cel. Guilherme de Arruda Castanho, nº 496, Centro - Bernardino de Campos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 44.563.716/0001-72, neste ato representada pelo seu Presidente Nelson Alves Lima, brasileiro, divorciado, administrador, portador do registro geral de identidade nº 5.099.552-2, órgão emissor SSP/SP, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob nº 695.213.958-34, vem, tempestivamente, conforme permitido no § 2º, do Artigo 41, da Lei nº 8666/1993, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de IMPUGNAR os



✓



termos do Edital em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

#### I - TEMPESTIVIDADE

1. A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de 05 (cinco) dias úteis contados antes da data fixada para recebimento das propostas designado para 05 de julho de 2019.

2. Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo de impugnação se dá em 28 de junho de 2019, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

#### II - FATOS

3. O INSAÚDE tem interesse em participar da licitação nº 23/2019, com fins de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de assistência à saúde, atendimento de urgência e emergência, internações hospitalares, atendimento ambulatorial, elaboração e execução do projeto do novo centro cirúrgico devidamente aprovado pela ANVISA, e gestão administrativa do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, situado no município de Navegantes, através do fundo municipal de saúde de Navegantes, conforme consta no Termo de Referência anexo ao edital.

4. Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital exige no Item 5.4.4 a comprovação que a Entidade possua unidade hospitalar própria ou sob contrato de gestão na reunião de saúde, ou em região de saúde adjacente ao do Município de Navegantes para realização de cirurgias de média complexidade não realizáveis no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, conforme:



C



5.4.4 Comprovação que a entidade possui unidade hospitalar própria ou sob contrato de gestão na região de saúde, ou em região de saúde adjacente a do Município de Navegantes para realização de cirurgias de média complexidade não realizáveis no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes;

5. Com efeito, o estabelecimento da referida limitação afronta ao princípio da competitividade, bem como os princípios da igualdade e impessoalidade, que devem nortear os certames dessa natureza.

6. Destarte, é estreme de dúvida o vício no presente dispositivo no contrato.

### III - DIREITO

7. Conforme acima destacado, consta do edital (Item 5.4.4) que a Entidade deve possuir hospital próprio na região de saúde ou em região adjacente a do certame ou, então, contrato de gestão nas mesmas condições, para que possa ser realizado cirurgias não realizadas no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes devido média complexidade.

8. No entanto, nos contratos administrativos regidos pela Lei 8.666/93 a aplicação pelos recursos repassados pela Municipalidade deve ser destinados exclusivamente ao objeto contratado; a utilização para pagamento para outra entidade desvincula do certame licitatório.

9. Outrossim, no Item 2.4 do Edital - Condições de Participação não é elencado esta referida condição, e explica-se, tal exigência não está como condição pois seria contrária ao Princípio da Concorrência, tornando o Edital nulo.

10. Neste sentido, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina dispõe em Mandado de Segurança a nulidade de edital perante exigências contrárias à lei de licitações:

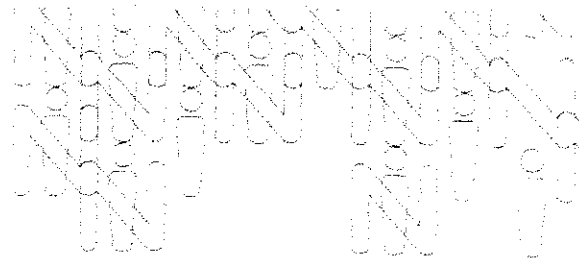
C

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA - PROGRAMA DE CONTROLE DE EMISSÃO DE GASES E DE RUÍDO EMITIDOS POR VEÍCULOS REGISTRADOS NO ESTADO - CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE CENTROS DE INSPEÇÕES - POSTERIOR ALTERAÇÃO DO EDITAL - AUSÊNCIA DE NOVA PUBLICAÇÃO E DE REABERTURA DE PRAZO - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA PUBLICIDADE - ILEGALIDADE CONFIGURADA - NORMAS EDITALÍCIAS - EXIGÊNCIAS CONTRÁRIAS À LEI DE LICITAÇÕES - DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO - NULIDADE DO EDITAL - ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. Toda e qualquer alteração promovida no edital do certame, que tenha direta repercussão sobre a elaboração das propostas, "exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido" (art. 21, § 4º, da Lei Federal n. 8.666/1993), respeitando-se, assim, os princípios da vinculação ao ato convocatório e da publicidade. É nulo o edital de concorrência pública que contém exigências e restrições que contrariam a legislação que disciplina o procedimento licitatório e as concessões e permissões de serviço público. (TJ-SC - MS: 775081 SC 2010.077508-1, Relator: Jaime Ramos, Data de Julgamento: 08/07/2011, Grupo de Câmaras de Direito Público, Data de Publicação: Mandado de Segurança n. , da Capital.)

11. Todavia, conforme exaustivamente destacado alhures a mencionada exigência afronta, visceralmente, o Artigo 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/93, a qual veda, peremptoriamente, que o ente público insira condição que estabeleça preferência em razão de sede ou domicílio do licitante, bem como restrinja a participação de outras entidades que poderiam prestar serviços de excelência à municipalidade e aos cidadãos de Navegantes.



C



12. Nesse sentido, repise-se que o processo licitatório deve ser regido pelos princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e outros correspondentes, se assim houver.

13. Destarte, verifica-se no Item 5.4.4 a ausência do Princípio da Igualdade, no qual Helly Lopes remete a esse princípio *"um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais"*.

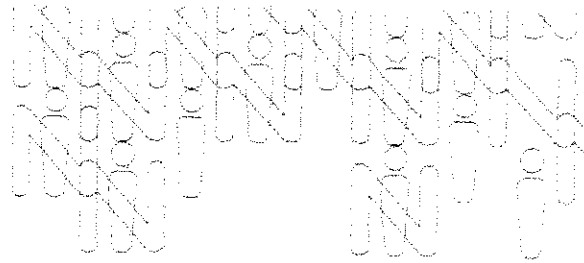
14. Não se pode olvidar que o referido item afronta, também, os princípios da legalidade e da impessoalidade, na medida em que está em descompasso expressa disposição legal e há um inequívoco direcionamento para a entidade local.

15. Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo fundamental o tratamento igualitário para situações uniformes, tendo em vista que a licitação se destina a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, como também a observância do princípio constitucional da isonomia, conforme Acórdão 1631/2007 – Plenário, da lavra do Ministro Valmir Campello, *in verbis*:

REPRESENTAÇÕES COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. LICITAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS. EXIGÊNCIAS PARA COMPROVAÇÃO DO DIREITO DE LICITAR. PROCEDÊNCIA PARCIAL. 1. Diferentemente das condições gerais do direito de licitar - que são exigidas no texto da lei para toda e qualquer licitação, independentemente das circunstâncias de uma situação concreta -, as condições específicas são fixadas pelo ato convocatório, em função das características da contratação desejada em um determinado certame, cabendo à Administração Pública, neste último caso, deliberar acerca da



C

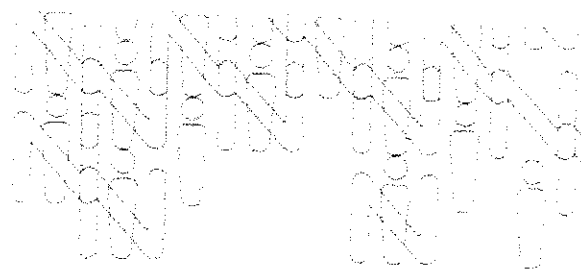


extensão e do conteúdo dos requisitos que serão exigidos daqueles que pretendam formular propostas. 2. A discricionariedade na fixação das condições específicas está delimitada pela natureza e extensão do objeto a ser contratado, sendo válidas as exigências dessa ordem desde que se revelem necessárias e adequadas a comprovar a existência do direito de licitar. 3. O princípio que refuta a restrição ao caráter competitivo não é absoluto, representando essencialmente a expressão sintetizada de uma orientação vista em caráter de generalidade, a admitir, por óbvio, excepcionalidades que sejam conduzidas por circunstâncias ensejadoras de determinada feição fora do comum. 4. Não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprimível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que, nos termos do art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, como também a observância do princípio constitucional da isonomia.

16. Outrossim, a Constituição Federal no Artigo 37, inciso XXI, garante que o Estado jamais poderá se afastar do apotegma de que as exigências de qualificação técnica e econômica devem se restringir ao estritamente indispensável para garantia do cumprimento das obrigações.

17. É indispensável que a Administração sempre decida em favor da ampla concorrência, tendo em vista que perquire a proposta mais vantajosa. No âmago do administrador deve estar arraigado este princípio. Qualquer conduta que restrinja a competitividade, quando possível, é passível de impugnação pelos interessados, inclusive regra de obrigatoria fiscalização pelos órgãos de controle.

18. Nesse sentido, verifica-se que a livre concorrência ampara-se na Constituição Federal, e ademais, na Lei de Licitações, qual ambas garantem a ilegalidade no caso de cerceamento da competitividade.



#### IV - PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se seja a presente **IMPUGNAÇÃO** julgada procedente, com efeito de eliminação do Item 5.4.4, garantindo a livre concorrência.

Nesse passo, requer seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do Artigo 21, da Lei nº 8666/93.

Termos em que,

PEDE DEFERIMENTO.

São Paulo, 17 de junho de 2019.

LUCIANO BOLONHA GONSALVES

OAB/SP nº 187.817

AMANDA COSTA MELONE

OAB/SP nº 407.137



GIANNY JAVAROTTI TESSANDORI

OAB/SP nº 407.251

